

Organização

CITCEM/FLUP

Comissão Científica

Comissão Executiva do CITCEM

Comissão organizadora

Carla Sequeira

Joana Sequeira

Secretariado

Inês Coelho

Contactos

CITCEM/FLUP

Tlf: 226 077 177

E-mail: oic.citcem@gmail.com

citcem@letras.up.pt

As *Oficinas de Investigação* do CITCEM têm como principal objectivo o debate, alargado e transdisciplinar, de problemáticas de investigação, no sentido de cruzar questões teóricas e metodológicas e resultados de pesquisa.

As *Oficinas de Investigação* do CITCEM constituem, por isso, um espaço de divulgação e discussão regular de projectos de investigação individuais (teses de mestrado ou doutoramento, projectos de pós-doc, etc.) ou colectivos, dos investigadores e colaboradores do CITCEM, podendo associar investigadores de outros centros ou universidades nacionais e/ou estrangeiras.

Entrada Livre

oiccitcem.wixsite.com/oficinascitcem

 **CITCEM**
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

 **FCT** Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia
UIDB/104059/2020

 **PORTO**
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

OFICINAS DE INVESTIGAÇÃO CITCEM 20/21

SESSÃO 10
[08.01.21 • 14h30]

Proponente da sessão
Luís Carlos Amaral

«Comemorar os 800
anos das Inquirições
Gerais portuguesas: os
percursos atuais de in-
vestigação»

 YouTube

Em directo no canal YouTube do CITCEM FLUP:
<https://www.youtube.com/channel/UC2la8syabdh1b06-fCgQnIA>

PROGRAMA

- 14h30** APRESENTAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES
- 14h35** *As Inquirições Gerais dos séculos XIII e XIV - em torno da sua edição* | José Augusto de Sottomayor-Pizarro
- 15h00** *Os episódios de conflitualidade nas Inquirições Gerais do século XIII* | Daniel Filipe Marques
- 15h25** *Hic incipit inquisitio inquisitionis - Que perguntas podem suscitar os registos dos inquiridores de 1220 a 1307* | Gonçalo Sintrão de Carvalho
- 15h50** *Estradas e caminhos nas Inquirições Gerais de 1258: perspectivas de investigação* | Rúben Filipe Conceição
- 15h50** Debate

NOTAS BIOGRÁFICAS E RESUMOS

JOSÉ AUGUSTO DE SOTTOMAYOR-PIZARRO. Professor da FLUP desde 1984. Discípulo de José Mattoso e de Luís Adão da Fonseca. Da Academia das Ciências de Lisboa e da Real Academia de la Historia de Madrid.

Temas principais - Nobreza Medieval Portuguesa; Relações Políticas e Diplomáticas entre os Reinos Hispânicos; Edição de Fontes (Director do Portugaliae Monumenta Historica)

As Inquirições Gerais dos séculos XIII e XIV - em torno da sua edição

Alguns apontamentos gerais sobre a edição de fontes medievais em Portugal, e em particular das Inquirições Gerais.

DANIEL FILIPE MARQUES. Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), em 2017. Na mesma instituição, completou, em 2019, o Mestrado em Estudos Medievais, tendo apresentado a dissertação “Usurpação de direitos, foros e outras formas de conflitualidade na segunda alçada das Inquirições Gerais de 1258”. Atualmente,

encontra-se a desenvolver o projeto aprovado pela FCT intitulado “As Inquirições Gerais e a construção do poder régio entre D. Afonso II e D. Afonso IV (1211-1357)” que será orientado pelo professor Luís Carlos Amaral e acolhido pela instituição CITCEM. Até ao momento, publicou dois artigos intitulados “Conflito e violência nas Inquirições Gerais de 1284” e “Os relatos de outrora: as testemunhas e seus depoimentos nas Inquirições Gerais do séc. XIII no entre Douro e Vouga”.

Os episódios de conflitualidade nas Inquirições Gerais do século XIII

Na comunicação a desenvolver, pretende-se abordar a temática da conflitualidade nas Inquirições Gerais do século XIII. Presente nestas fontes de diversas maneiras e contornos, estes dados podem ser abordados em várias dimensões, sendo possível enquadrá-los num sentido político, administrativo ou social. Favorecer-se-á uma abordagem um tanto global e será pretensão destacar a cartografia temática desenvolvida até ao momento. Além disso, serão considerados outros dois pontos importantes. Por um lado, enfatizam-se os aspectos metodológicos para o estudo desta temática nas Inquirições Gerais. Por outro lado, irão ser enunciados os dados e as principais tendências observadas em algumas experiências realizadas até ao momento.

GONÇALO SINTRÃO DE CARVALHO. Licenciado em História na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 2015. Mestre em História Medieval na mesma instituição em 2019, com uma dissertação intitulada *As inquirições régias entre 1220 e 1307. O exemplo do julgado de Cabeceiras de Basto*. Atualmente, é estudante de doutoramento em História medieval na mesma instituição com um programa de cotutela a estabelecer com a Universidade de Saint Andrews de onde provém uma das suas coorientadoras de projeto de doutoramento intitulado *Um mosteiro entre poderes: a comunidade de Chelas na Lisboa medieval (séculos XII-XIV)*. É, desde 2015, investigador integrado do Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Hic incipit inquisitio inquisitionis - Que perguntas podem suscitar os registos dos inquiridores de 1220 a 1307

Aquele que se propuser a estudar os séculos XIII e XIV portugueses, terá obrigatoriamente de se apoiar no robusto “destroço de naufrágio” que são as Inquirições Gerais régias portuguesas, para relembrar a expressão de Georges Duby. Os seus registos preservam o modo como um grupo determinado de homens, os inquiridores, viam e ouviam o território e os seus habitantes que, ao longo de mais de um século, foram

questionando. Contudo, de um retrato maior, chegaram até nós apenas pormenores resgatados pela pena desses homens, e dos tabeliães que os acompanharam, irresistivelmente sedutores à continuação do inquérito por parte do seu leitor que, como afirmou Luís Krus, se tornará no próximo inquiridor, de modo a continuar a desvendar os contornos desse retrato. É com base nessa ideia que me aproprio das palavras que marcavam o início do registo de cada julgado inquirido para hoje poder “aqui começar o inquérito” às Inquirições, com base na minha experiência com esta fonte.

RÚBEN FILIPE CONCEIÇÃO. Licenciado em História pela FLUP e Mestre em Estudos Medievais pela mesma Instituição, cuja dissertação se versa na rede viária do Entre-Douro-e-Tâmega, Bragança e seus termos, em meados do século XIII.

Conta com várias comunicações em torno da análise das Inquirições Gerais 1258 e do estudo das redes viárias, nomeadamente no VIII Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica (2019), no XI Workshop de Estudos Medievais (2019), no Colóquio Internacional Pequenas Cidades e Ambiente (2019) e no XIII Encontro da Primavera (2018), contando ainda com a publicação das atas destes encontros e de outras que sem encontram no prelo.

Estradas e caminhos nas Inquirições Gerais de 1258: perspectivas de investigação

No que toca ao estudo das vias de comunicação do Portugal medievo, a segunda metade do século XX foi marcada pelo legado de Carlos Alberto Ferreira de Almeida e em concreto pela sua tese de licenciatura “Vias medievais. Entre Douro e Minho” (1968). Consequentemente, foi aberto o caminho para que investigadores como José Marques, Humberto Baquero Moreno e Iria Gonçalves pudessem explorar várias temáticas, desde as questões de peregrinação à criminalidade ou ao abastecimento de grandes mosteiros, como o de Alcobaça.

Não negando os contributos inestimáveis da historiografia da segunda metade do século XX, a verdade é que pouco se avançou no sentido de reconstruir a rede viária à escala nacional, com um rigor superior àquele plasmado nos mapas das grandes Histórias de Portugal produzidas na década de 90. Todavia, o século XXI tem trazido novas perspetivas na área, resultando na produção de nova cartografia histórica.

Esta apresentação procurará plasmar algumas das conclusões a que cheguei na minha dissertação de mestrado, versada sobre a rede viária do Entre-Douro-e-Tâmega, Bragança e seus termos, em meados do século XIII, mas sobretudo as problemáticas e as potencialidades levantadas pela análise das Inquirições relativamente ao estudo dos caminhos.